

# **Violência Conjugal-**

## **Dados sócio- demográficos, comportamentos e crenças associados**

### **“Fragmentos de um Amor menor”<sup>1</sup>**

#### **Conjugal violence-**

#### **Socio-demographic data, behaviors and beliefs associated**

#### **"Fragments of a lower Love"**

**Octávio Tavares**

#### **Resumo**

A violência doméstica tornou-se um fenómeno social de grande complexidade, que não pode ser tratado de forma superficial, seja por parte daqueles que intervêm tecnicamente, seja por parte das vítimas e agressores, pois trata-se da vida real de muitos indivíduos ou sujeitos.

Deste modo, tornou-se necessário analisar a violência doméstica, procurando perceber o papel dos agentes, em especial dos técnicos, que acompanham as vítimas de violência doméstica na construção do seu projeto de vida.

Assim sendo, e porque pretendi fazer uma análise à forma como é realizado o acompanhamento e intervenção por parte dos técnicos, este trabalho apresenta ainda uma investigação empírica realizada através da aplicação de inquéritos por questionário vítimas e não vítimas de violência doméstica, bem como a caracterização dos dados sociodemográficos do distrito de Portalegre.

O tratamento e análise dos dados permitiram confirmar, em larga medida, a fundamentação teórica apresentada na primeira parte do estudo onde se verificou haver a divergência no conceito de violência doméstica, as vítimas serem predominantemente do sexo feminino e os agressores do sexo masculino, os vários motivos que levam as vítimas a permanecer na relação e a importância do papel dos técnicos de acompanhamento na definição de projetos de vida alternativos.

**Palavras-chave:** vítima-agressor; violência doméstica; família; técnicos.

#### **Abstract**

Domestic violence became a social complex phenomenon today and, therefore, it cannot be looked upon superficially, both by those who are technically involved in it and also by the victims and aggressors themselves, as it refers to the actual life of many individuals.

Thus, it became necessary to analyze domestic violence, while trying to understand the role played by the experts/technicians who give support to the victims and help them to (re)design their project of life. .

Following this line of thought, and because I intended to analyze how support and intervention by the experts is given, this work presents empirical data. The data were obtained by means of a questionnaire to the victims and not victims of domestic violence, as well as the characterization of the partner demographic data of the district of Portalegre.

The treatment and analysis of data allowed to confirm, in general, the theoretical basis presented in the first part of this study, namely the different concepts of domestic violence, the fact that victims tend to be female and aggressors males, the reasons why victims tend to remain in the home, and the importance of the role played by the experts in helping to design alternative life projects.

**Key-words:** victim-aggressor; domestic violence; family; experts.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

## **Introdução**

Porquê a violência doméstica e a intervenção dos técnicos de acompanhamento? Porquê a intervenção dos técnicos na violência doméstica?

Acima de tudo porque vivemos um tempo em que a violência no interior das famílias tem vindo a crescer e a ter maior relevo e destaque na vida de qualquer cidadão.

Porque na minha prática profissional deparo-me quase diariamente com um número significativo de mulheres que procuram soluções para relações de conflito e agressão. Porque nós, os técnicos de acompanhamento, devemos procurar ter uma intervenção preventiva de situações de violência doméstica, com um olhar cuidadoso sobre as reais causas e consequências do problema em questão.

Quer o homem quer a mulher procuram encontrar uma —alma gémea, desvalorizando, muitas vezes, os sinais de alerta que o seu próprio corpo dá ou os sinais decorrentes de atitudes mais agressivas. Contudo, o técnico de acompanhamento não deve descurar estes sinais aquando da avaliação diagnóstica da situação.

Mas, também, temos consciência que homem e mulher são seres onde as emoções, como o amor, a alegria, a tristeza, o ódio, a raiva são uma constante e misturam-se de tal forma que muitas vezes se torna difícil definir os sentimentos que nutrem uns pelos outros.

Todo e qualquer ato de violência doméstica não tem apenas consequências nefastas nas vítimas, pois, o próprio agressor é muitas vezes vítima das suas próprias ações. Da mesma maneira, os filhos que assistem aos atos e por vezes interferem em defesa da mãe, sofrem quer física quer psicologicamente, tendo repercussões na sua vida futura.

No desenvolvimento da minha prática profissional deparo com várias situações familiares onde a violência doméstica predomina, estando muitas vezes associada a outras problemáticas, como a instabilidade profissional, económica, ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, ao ciúme, ao exercício do poder, à infidelidade conjugal, entre outras. No entanto e apesar de estatisticamente se associar a violência

doméstica a agregados de estratos sociais mais desfavorecidos, este é um fenómeno transversal a toda e qualquer pessoa independentemente da idade, sexo, estrato social, convicção política e religiosa. (DGAI, 2010)

Um problema tão complexo quanto o da violência doméstica exige de nós, técnicos, uma aprendizagem constante, não só dos motivos que levam as pessoas a atitudes agressivas ou conformistas, como também do conhecimento aprofundado das emoções que estes (vítimas e agressores) experienciam e da forma como podem aprender a controlá-las.

A intervenção dos técnicos deve ter em conta que para se obterem mudanças no sistema familiar, cada um dos elementos tem que obrigatoriamente proceder a transformações pessoais (Alarcão, 2002, p. 316). Neste sentido, exige também dos técnicos uma sensibilidade maior para a complexidade do problema bem como uma atuação mais humanizada e não tanto institucional.

O problema da violência doméstica sendo atualmente considerado como um crime público, deve ser assumido como responsabilidade de toda a comunidade e não apenas de alguns serviços interventores.

Os técnicos que efetuam o acompanhamento de pessoas vítimas de violência doméstica confrontam-se com factos que sendo reais, provocam-lhes diferentes reações. Também estes são pessoas com crenças, valores e ideias de família que muitas vezes sentem como postos em causa.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a violência doméstica como um problema de saúde pública, pois esta tem efeitos não só sobre a integridade física mas também na saúde mental das vítimas.

É habitual abrir o jornal e encontrar artigos que referenciam episódios de violência doméstica que retratam a dimensão de um problema que assola a sociedade em que vivemos.

De acordo com os dados fornecidos pela CIDM, Comissão para a igualdade e para os Direitos da Mulher, num documento apresentado num seminário específico, em 1995, 52% das mulheres inquiridas, dizem ter sido vítimas de um ou mais ato de violência. Destas 36% refere mais de um ato.

Segundo Alarcão (2002: 291) a compreensão da violência passa por termos em conta questões como a dependência relacional ou interpessoal. Quando se analisa a história familiar de pessoas que vivem situações de violência, há normalmente episódios semelhantes, que nos fazem pensar como que num processo —hereditário de transmissão geracional de violência. A verdade é que o indivíduo sentindo-se vítima da sociedade em geral, com baixa autoestima, vai procurar exercer poder sobre os mais fracos, tentando criar uma identidade que lhe permita saber quem é e o que fazer.

Segundo Alarcão:

*(...) o segredo (i.e., o não falar, interna e externamente, sobre a violência que ocorre no seio da família) é fundamental pois reforça as alianças intra-familiares e a dependência relacional. Neste sentido, a intervenção externa é, muitas vezes, mal aceite, sentida como intrusiva, e desencadeadora de um movimento de reforço daqueles mecanismos familiares.” (2002: 293)*

É esta dificuldade de intervenção junto de famílias onde a violência é uma realidade persistente, que me levou à escolha deste tema. Acresce o facto de profissionalmente me deparar com indivíduos e famílias, vítimas e agressores que procuram indiretamente ajuda para a resolução dos seus problemas individuais e/ou familiares.

Assim, considerando o atrás exposto e a minha convicção da necessidade de reflexões contínuas sobre a intervenção dos técnicos no âmbito da violência doméstica, encetei este estudo, visando contribuir, de alguma forma, para o aperfeiçoamento das estratégias e medidas de intervenção.

### **Desenvolvimento do estudo**

Na I Parte deste trabalho procurei aprofundar os conhecimentos sobre as questões subjacentes ao enquadramento deste tipo de criminalidade.

Comecei por fazer uma análise sobre o fenómeno da violência no seu sentido lato.

De seguida procedi à análise teórica subjacente ao conceito de violência doméstica.

Para recorrer três opiniões fundamentais no panorama português, para enquadrar o fenómeno: a definição de violência doméstica proposta pela APAV; a significação enunciada no Preambulo do II Plano nacional contra a violência doméstica, e por fim a descrição derivada do artigo 152 do Código Penal, Lei 59/2007.

Ao longo deste capítulo procurei dar um contributo para a tentativa de compreensão do fenómeno da violência conjugal e posteriormente proceder à análise do modelo de Urie Bronfenbrenner, adaptado por George Corsi, denominado Sistema Ecológico.

Pretende-se aprofundar o estudo sobre a violência conjugal contra a mulher. Para tal, fiz uma análise desta temática, tendo por base a óptica de Lenore Walker sobre a violência conjugal, analisando o Ciclo da violência, analisando também os fatores que contribuem para que uma mulher se mantenha numa relação violenta, bem como alguns mitos que ainda permanecem sobre a problemática.

Por último iremos debruçar-me sobre as consequências da violência conjugal contra a mulher.

Fiz ainda neste Capítulo um enquadramento da violência conjugal em Portugal.

Na II parte desenvolvemos o nosso estudo empírico que tem principalmente dois intuitos:

Fizemos uma análise sócio- demográfica e cultural detalhada das vítimas de violência doméstica no Distrito de Portalegre durante os últimos anos, comparando esses resultados com os dados a nível nacional.

Saber se as crenças das vítimas de violência conjugal se diferenciam das crenças de um grupo similar de não vítimas, isto é, se as vítimas têm em maior número e com mais intensidade crenças sexistas que justificam a violência conjugal quando comparadas com as não vítimas.

## **RESULTADOS:**

### **Do primeiro estudo:**

A Nível Nacional:

1. Em 2008 foram registadas, a nível nacional, pelas Forças de Segurança 27.743 participações de violência doméstica, sendo a maioria feita nos postos da PSP;

Em 2009 foram registadas, a nível nacional, pelas Forças de Segurança 30.543 participações de violência doméstica e uma vez mais a PSP registou um maior número de ocorrências. É ainda de referir que relativamente a 2008 se registou um aumento de 2800 participações;

2. Em 2008 os distritos onde se registaram mais participações foram: Lisboa (7009), Porto (6035), Aveiro (1819), Setúbal (1809), e Braga (1329).

Em 2009 os distritos onde se registaram mais participações foram: Lisboa (7522), Porto (6562), Setúbal (2400), Aveiro (1929) e Braga (1635). Nos distritos de Setúbal e Évora registaram-se as mais elevadas taxas de variação anual: 32,7% e 30,3%, prospectivamente;

3. O aumento no ano de 2008 relativamente a 2009, em termos do número de participações foi mais acentuado na GNR (+14,4%) comparativamente ao registado na PSP (+7,7%);

4. Em 2008 foram recebidas pelas FS, em média, 2312 participações por mês, o que corresponde a cerca de 72 queixas por dia (45 na PSP e na 27 na GNR), e a 3 queixas/denúncias por hora;

Em 2009 foram recebidas pelas FS, em média, 2545 participações por mês, o que corresponde a cerca de 84 queixas por dia (52 na PSP e na 32 na GNR), e a 3, 4 queixas/denúncias por hora;

5. Em Portugal continental, nos anos de 2008 e 2009, os distritos que apresentaram as mais elevadas taxas de incidência foram: Lisboa, Porto e Setúbal. Os distritos de Beja, Santarém, Guarda, Bragança foram aqueles que apresentaram as menores taxas de incidência;

Relativamente ao Distrito de Portalegre:

1. Apresentou uma taxa de variação anual comparando os anos de 2008 e 2009 de 3,2%. Sendo que durante o ano de 2008, foram apresentadas 277 denúncias (189 na GNR e 88 na PSP) e durante o ano de 2009, 286 (177 na GNR e 109 na PSP).

Durante o ano de 2010, foram apresentadas no CTPortalegre GNR 182 denúncias.

2. Os Concelhos de Ponte de Sôr; Campo Maior e Portalegre, são aqueles que apresentaram as mais elevadas taxas de incidência;

3. Os Concelhos de Avis; Monforte e Marvão, são aqueles que apresentaram as mais baixas taxas de incidência;

4. Na Área Policial à guarda da GNR no Distrito de Portalegre tivemos:

Em 2008, 163 denúncias, o que equivale a 13,53 denúncias mensais, 0,44 denúncias diárias e 0,01 denúncias por hora.

Em 2009, 183 denúncias, o que equivale a 15,25 denúncias mensais, 0,50 denúncias diárias e 0,20 denúncias por hora.

Em 2010, 182 denúncias, o que equivale a 15,16 denúncias mensais, 0,49 denúncias diárias e 0,20 denúncias por hora.

É de referir que entre o ano de 2009 e o ano de 2010 o número das denúncias é praticamente equivalente.

### **No segundo estudo, apurou-se:**

O grupo das vítimas comparativamente ao das não vítimas apresenta claramente um maior número, e com maior intensidade de crenças sexistas, associadas a estereótipos de género que justificam a violência dos seus cônjuges apesar das denúncias efetuadas. Esta constatação pode explicar a prevalência neste tipo de relações e elevada reiteração (violência repetida através de diferentes relações) verificada neste estudo. (quase metade da amostra das vítimas).

A intervenção com estas vítimas deverá levar em conta esta constatação, trabalhando a natureza das crenças que justificam a violência afim de facilitar o afastamento do relacionamento conjugal, caso seja esta a vontade da mulher.

Há ainda a salientar que mais de metade das vítimas de violência doméstica desculpabiliza o agressor, alegando que as agressões acontecem apenas quando este está alcoolizado.

Aquando da agressão, as vítimas, perante o perigo e o medo, chamam as forças policiais, no entanto, algum tempo depois retiram a queixa apresentada, muitas vezes influenciadas pelos agressores. Por vezes, a denúncia é entendida como forma de acalmar o agressor e não como forma de o afastar da vítima.

Existe na mulher vítima de violência doméstica dificuldade em assumir publicamente que a sua relação afectiva falhou, por essa razão, mais de metade do grupo das “vítimas” que responderam ao inquérito, considera que a violência doméstica é um assunto privado que se deve resolver em casa.

### **CONCLUSÕES**

De acordo com o nosso estudo, as formas de violência são diversificadas, com predominância das agressões físicas e verbais e de uma forma crescente; Como nos refere Dias (2004: 91), numa família podem ocorrer todos os tipos de violência, ou apenas um tipo, bem como as suas consequências.

Sendo assim, no referente às questões de investigação levantadas no estudo poderemos referir que as vítimas consideram o técnico como um elemento importante nas suas vidas, como transmissor de informação, refúgio de angústias e amarguras. E até como instrumento ameaçador. De acordo com o nosso estudo pudemos concluir que a consciência da influência que exercemos sobre os outros permite ao próprio o controle sobre essa mesma influência. Da mesma forma que as vítimas definem para si próprias os seus objetivos de acordo com as suas crenças, valores e princípios, também os técnicos são influenciados, quando efetuam o diagnóstico das situações e transmitem ao outro aquilo que ele é e em que acredita.

Tendo em conta a questão de investigação 1- concluímos que a tipologia do crime de violência doméstica no distrito de Portalegre se enquadra na tipologia das vítimas a nível nacional, tendo apenas a particularidade de apresentarem uma faixa etária, relativamente mais elevada, o que pode ser explicado pela elevada taxa de envelhecimento demográfico do distrito.

Relativamente à questão de investigação 2- encontramos claramente uma diferenciação no que respeita às crenças sexistas que justificam o uso de violência entre os dois grupos estudados (vítimas e não vítimas), no sentido de que o grupo das vítimas apresenta claramente crenças e atitudes mais favoráveis à violência do que o grupo das não vítimas.

No que concerne à questão de investigação 3- ficou claro, a nosso ver, que as crenças e atitudes das vítimas de violência doméstica, no distrito de Portalegre, contribuem, não só para o aparecimento da violência, mas também para que as mesmas se mantenham numa situação violenta. Consideramos ser preocupante a taxa de reiteração encontrada, que poderá ser consequência das atitudes e das crenças.

A procura de ajuda no exterior da família, ou a sua aceitação quando esta não é sentida como necessária, é, segundo Dias, (2004: 130) necessário para a vítima ser ouvida, perceber o que se passa consigo própria e que formas pode encontrar para ultrapassar/mudar a sua situação.

A definição de projetos de vida que constituam uma alternativa positiva é, para as vítimas, difícil de definir e concretizar sem o apoio efetivo e sistemático dos técnicos.

A intervenção concertada de técnicos da área das Ciências Sociais, como o Assistente Social, o Educador Social e o Psicólogo em equipas multidisciplinares que desenvolvem as competências individuais em contexto familiar, constitui uma mais-valia na promoção de vidas mais saudáveis.

De acordo com o estudo efetuado, as vítimas não associam a violência a um crime. Este facto pode decorrer não só da falta de informação, como de questões educacionais, de crenças, valores e princípios que as vítimas têm como garantidas.

De acordo com Elza Pais (1998:13), os atos de violência cometidos pelos maridos continuam a ser aceites pelas suas mulheres; que em classes sociais mais baixas e grupos etários mais velhos é mais comum a violência física; e que por questões de ordem cultural ainda hoje, alguma violência na família, e às mulheres em particular, é social e legalmente aceite. Costa e Duarte (2000: 65) referem-nos que muitas vezes as vítimas desculpabilizam os agressores, considerando as suas atitudes como educativas, resignando-se, culpabilizando-se e mantendo a esperança de que esses episódios não se repitam.

Tudo isto acontece pelo conceito que cada um tem do que é violência.

O medo é o principal motivo apontado para que as vítimas evitem apresentar queixa. Também a vergonha é identificada como uma das razões para a não apresentação de queixa.

Vergonha que pode ser de a vítima assumir publicamente que é vítima; de assumir que o seu casamento/relação não é o que sonhou; dos juízos de valor que os outros irão fazer sobre si; e também porque consideram como responsabilidade sua, todas as situações de agressão a que são sujeitas.

As vítimas, só quando deixam de acreditar na mudança, como nos refere Conceição Lavadinho, é que decidem apresentar queixa e cortar o ciclo de violência, definindo

outro projeto de vida para si e seus filhos. Esta ideia é também corroborada por outros autores como Costa e Duarte.

No acompanhamento a situações de violência doméstica os técnicos devem ter um papel preventivo de novas agressões, proteção das vítimas, sensibilização dos agressores para acompanhamento/tratamento, independentemente da idade, sexo, estrato social, convicções políticas, religiosas ou outras.

Atendendo ao estudo que efetuámos, concluímos que a vítima não pretende mudar, mas quer que o técnico modifique o comportamento do seu agressor. A saída de casa é, muitas vezes, uma forma de revitimização, é como que um castigo aplicado porque se é vítima. Esta saída de casa, implica muitas vezes o regresso, que pode ter muitas razões:

- o afastamento do seu espaço, a não adaptação ao desconhecido;
- razões emocionais directamente relacionadas com o seu cônjuge/companheiro;
- questões económicas e questões de educação e culturais.

A esperança de mudanças no comportamento violento, a dependência económica, o medo de perderem os filhos e as ameaças de morte ou suicídios, são algumas das razões que, pesam nas decisões que as vítimas venham a tomar: de ficar ou de sair da relação.

Na maior parte das situações, como comprovámos, as vítimas apenas querem que o comportamento violento do seu cônjuge/companheiro se modifique e que seja o próprio técnico a provocar essa alteração. Quando a intervenção é mais radical e traduz-se no acolhimento institucional da vítima, o regresso ao lar acontece com frequência.

Como fomos demonstrando ao longo deste trabalho, as mulheres ao longo da história, eram as pessoas que sofriam mais agressões na família, e o seu agressor, normalmente o homem, saía impune desta situação. Os estudos, os dados estatísticos assim nos dizem, que são as mulheres as vítimas mais directas da violência doméstica e que é perpetrada pelos seus companheiros/cônjuges ou ex-companheiros/ex-cônjuges.

Mas Costa e Duarte (2000:14) salientam a importância de olharmos para a violência sem preconceitos, pois, normalmente consideramos o homem como o agressor, mas “...na sua essência todos são vítimas e agressores, ou pelo menos, são responsáveis pela

manutenção do clima de violência...”. Em situações de violência a vítima por vezes agride o seu agressor, quanto mais não seja em situação de defesa da sua própria vida.

Como também referimos no desenvolvimento do nosso trabalho de dissertação, também as crianças podem ser vítimas diretas ou indiretas, sendo certo que as consequências de viver num ambiente agressivo podem ser desastrosas. Da revisão da literatura pudemos constatar que em algumas famílias parece haver como que um processo de transmissão geracional que promove a continuação da violência doméstica de geração em geração. No entanto, também concluímos que não é pressuposto que uma criança que cresce numa família com ambiente agressivo, se torne necessariamente numa vítima ou num agressor.

Mas outras vítimas existem: com as transformações que a família tem sofrido, presentemente esta pode abranger três ou quatro gerações vivas e por vezes convivendo debaixo do mesmo teto, é, portanto, normal o convívio entre duas, ou três ou quatro gerações adultas. Esta coexistência obriga não só à modificação de comportamentos individuais das famílias, mas também da própria sociedade em que estes se inserem.

O aumento da esperança de vida, a baixa natalidade associada a questões económicas, sociais e profissionais, tornam mais complexas as relações familiares.

Isto significa que os idosos vivem mais tempo, quer seja de forma autónoma, quer dependentes de outros para a realização de atos básicos para sobreviverem.

Em Portugal, de um modo tradicional ainda se considera que é à família que compete cuidar de todos os que carecem de cuidados, onde se incluem os idosos.

Tradicionalmente atribui-se à família e à mulher a responsabilidade de cuidar dos mais velhos e dos familiares mais chegados. Hoje em dia, aumenta não só o número de idosos a necessitar de apoio como o número de anos que a família tem que tomar a responsabilidade de cuidar, mas diminui o número de filhos por quem dividir a tarefa.

Isto é, menos filhos, mais idosos, mais anos de vida (Sousa & Cerqueira, 2004: 53).

Os idosos pela sua fragilidade psíquica e dependência física são vítimas fáceis dos seus próprios filhos, netos e outros cuidadores.

A violência doméstica exige formas de intervenção tão complexas quanto o é este problema, sendo necessário compreender as dinâmicas que se estabelecem entre a vítima e o agressor. A compreensão das dinâmicas das famílias violentas é fundamental para adequar a intervenção junto da vítima, do agressor e da comunidade em que estes se inserem (Manita, 2005: 9)

Algumas famílias em que as situações de violência doméstica são recorrentes, nem sempre as vítimas pretendem recomeçar sozinhas, abandonando o seu companheiro, o seu lar. Por razões várias, estas mantêm-se na relação, pelo que é necessário que a intervenção junto delas tenha também como objetivo não só a proteção da vítima como a prevenção de futuras agressões que poderão terminar em morte. Isto só é possível se a intervenção dos técnicos também estiver direcionada para o agressor, não esquecendo que o problema não está só na vítima mas sim no agressor.

Mesmo com o afastamento da vítima, o agressor mantém a sua condição e fará uma nova vítima.

Da mesma maneira que muitas vítimas não se identificam como vítimas, também os agressores não o reconhecem e por isso torna mais difícil a intervenção dos técnicos.

Ajudar as pessoas a gerir sentimentos perturbadores como a ira, a cólera, a ansiedade, o pessimismo, é fundamental para que desenvolvam a capacidade de pensar antes de agir. Goleman (1997: 268) diz-nos que isto consegue-se se ensinarmos “algumas competências emocionais básicas, incluindo como resolver desentendimentos”.

Numa lógica preventiva, devemos ensinar às nossas crianças como evitar uma vida de violência, dotando-as de capacidades para gerir as suas próprias emoções, desde a tristeza, à alegria, da frustração, à angústia ou à raiva.

Não esgotamos este assunto, pois muito mais haveria para analisar, assim, deixamos aqui algumas pistas que poderão servir para estudos futuros.

- replicar este estudo em contextos socioculturais e geográficos diferentes do abordado neste estudo, para eventual comparação de resultados;

- recolher e analisar os relatórios de trabalho dos grupos multidisciplinares que atualmente se debruçam sobre o tratamento dos aspetos cognitivos, afetivos e relacionais das vítimas de violência doméstica e respetivos agressores;

- analisar a violência doméstica sobre o sexo masculino de modo a determinar os contornos da mesma, o perfil das vítimas e consequências contextualizadas dessa violência;

- comparar formas de violência sobre vítimas institucionalizadas em diversos contextos sócio-económicos e geográficos.

- constituir e dinamizar grupos de apoio de mulheres vítimas de violência, no sentido de promover o empowerment e a capacidade de lidar com este problema e evitar a continuação da situação de vítima.

### **Referências bibliográficas**

Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.

Costa, M. E. & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Âmbar.

Dias, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto: Afrontamento. *Estratégias de Combate à Violência Doméstica. Manual de recursos* (2003), Lisboa: Direcção Geral de Saúde.

Direcção Geral da Ad. Interna (2010)- Relatório de Segurança Interna 2007, 2008 e 2009. Ministério da Administração Interna. Lisboa

Goleman, D. (1997). *Inteligência Emocional*. Sociedade Industrial Gráfica Lda.

Machado, Carla & Matos, Marlene & Gonçalves. (2010). *Manual de Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C.) e do Inventário Violência Conjugal (I.V.C.)*. 2ª Edição, Psiquilibrios edições.

Manita, C. (2005). *A intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal. Estudo Preliminar de Caracterização*. Maia: SerSilito

Pais, E. (1998). *Espaço doméstico e violência*. In Espaço S: Revista de Educação Social 0, 11-15

Prieur, B. et.al. (coord) (1999). *As heranças familiares*. Lisboa: Climepsi.

Sousa, L.; Figueiredo, D. & Cerqueira, M. (2006) *Envelhecer em família. Os cuidados familiares na velhice*. Porto: Ambar

### **Notas sobre o autor**

**Email:** [ojrtavares@gmail.com](mailto:ojrtavares@gmail.com)

[tavares.ojr@gnr.pt](mailto:tavares.ojr@gnr.pt)

**Afiliação institucional:** Escola Superior de Educação de Portalegre e Universidade da Extremadura – Espanha

### **Breve nota biográfica:**

Licenciatura em Ciências Sociais – Área de Psicologia Social, com a Classificação de 13 valores, pela Universidade Aberta, em 13 de Março de 2006;

Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local – com a Classificação de 17 valores, Escola Superior de Educação de Portalegre em 2 de Dezembro de 2011;

Atualmente e desde 26 de Janeiro de 2007, que chefiou o Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas do Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Portalegre, que corresponde de grosso modo ao distrito de Portalegre.

Entre 20 de Setembro de 2004 e 26 de Janeiro de 2007, fui Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Campo Maior, no Distrito de Portalegre.

De 12 de Janeiro de 2004 e 20 de Setembro de 2004, fui Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Gavião, no Distrito de Portalegre.

### **ACCÕES DE FORMAÇÃO/CURSOS**

Especialização em Formação e Educação de Adultos e populações em Risco, pela Escola Superior de Educação de Portalegre, em 2011.

Formação Especializada em Estratégias e Intervenção em situações de Crise e Emergência, com a Classificação de 18 valores, pela Escola Superior de Saúde de Portalegre, em 30 de Novembro de 2007.

Curso de Inglês Geral, A1 (Básico), Ministrado pela Oxford School, com a duração de 25 horas, com a Classificação de 75%.

Frequência do Curso “Técnicas de Entrevista e Interrogatório”, Ministrado no Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, de 09 a 11 de Julho de 2007, com a duração de 18 horas.

Frequência do 5º Curso do Núcleo Mulher e Menor, na escola da Guarda em Queluz, em 17 de Janeiro de 2007.

Formação Básica em Socorrismo, ministrada pela Cruz Vermelha Portuguesa, com a duração total de 24 horas, com a classificação final de 20 valores, em 26 de Agosto de 2004.

Curso de Formação Inicial dos Membros das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, intitulado “ O sistema de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens, promovido pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, com a duração de 28 horas.

Formação Profissional para agentes qualificados que atuem no domínio da violência doméstica e/ou da prevenção da vitimização ou revitimização desta, com a duração de 30 horas.

Ação de sensibilização sobre violência em contexto escolar, realizada pela Escola Superior de Educação de Portalegre no dia 16 de Dezembro de 2010.

Ação de sensibilização sobre violência doméstica para as forças de segurança - módulo “Avaliação de risco”, organizado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, com a duração de 7 horas.

Ação de sensibilização sobre violência doméstica para as forças de segurança - módulo “Atendimento à vítima”, organizado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, com a duração de 7 horas.

Workshop “Quebrar amarras - na conquista da autonomia”: Grupo de Ajuda Mútua para vítimas de violência doméstica nas relações de intimidade, com a duração de 6 horas.

Congresso internacional família, educação e desenvolvimento no séc. XXI: Olhares interdisciplinares, realizado nos dias 3 e 4 de Junho de 2011.